



Plano Piauí 2030

RESUMO EXECUTIVO



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO





Plano Piauí 2030

Governadora do Estado do Piauí
MARIA REGINA SOUSA

Secretaria de Estado do Planejamento _ SEPLAN

REJANE TAVARES DA SILVA
Secretária

GISELE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Superintendente de Planejamento Estratégico e Territorial_ SUPLE

LIÉGE DE SOUSA MOURA
Superintendente de Estudos Econômicos e Sociais_ CEPRO

MARCIA MENDES SANTOS ARAÚJO
Diretora de Planejamento Estratégico e Territorial_ DEPET

Coordenação Técnica

REJANE TAVARES DA SILVA
Supervisora — SEPLAN

ARIANE DA SILVA FAVARETO
Consultora e Assessora Geral

JAIRO DE OLIVEIRA CHAGAS JÚNIOR
Assessor Técnico — SEPLAN

LUÍSA SOBRAL DE CARVALHO
Assessora Técnica — SEPLAN

Conselho Técnico

ARILSON DA SILVA FAVARETO
Sociólogo, Doutor em Ciência Ambiental (USP)

JEOSAFIRA ROCHA CHAGAS
Socióloga, Especialista em Cooperativismo e Associativismo (UFRPE)

GISELE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Socióloga (UFPI)

LIÉGE DE SOUSA MOURA
Doutora em Geografia (UFPE)

REJANE TAVARES DA SILVA
Mestre em Administração e Comunicação Rural (UFRPE), Especialista em Planejamento Estratégico

Equipe do Projeto de Cooperação Técnica ODS Piauí

LUÍSA SOBRAL DE CARVALHO
Coordenadora Nacional

TICIANA GLAYDES BATISTA LIMA DE SOUSA
Coordenadora Substituta e Usuária Operacional

PAULO SÉRGIO DE CARVALHO DANTAS II
Estagiário

THALMATA MORGANA LESSA LIMA
Estagiária

DÉBORA GOMES GALVÃO BASÍLIO
Coordenadora Nacional 2021-2022

LUDMILA DE MORAES MOURA
Usuária Operacional 2019-2022

Organização e textos, levantamento e análise de dados e produção de gráficos

ARIANE FAVARETO
Consultora e Socióloga

ADRIANA OLIVEIRA
Consultora Especialista em Agricultura Familiar

JULIA ORTIZ AMBROS
Consultora Especialista em Economia

PAULO GUILHERME SEIFER
Consultor Especialista em Infraestrutura

MARCELO GONÇALVES
Consultor Especialista em Meio Ambiente

REGINA BARROS
Consultora Especialista em Políticas Sociais

Colaboradores Técnicos

ANTONIO ALBERTO IBIAPINA COSTA FILHO (Diretor de Estatística e Informação — CEPRO)

CRISTIANA DE MORAES NUNES MELO (Assessora de Comunicação — SEPLAN)

DANIEL VICTOR OLIVEIRA PESSOA (Comunicação — Estagiário)

ELINNE NASTASHA CARVALHO SOUSA VAL (Consultora de Macroeconomia — PNUD/SEPLAN)

JEOSAFIRA ROCHA CHAGAS (Consultora)

JOSINEIDE COSTA (Assessora Técnica — SEPLAN)

LEÔNIDAS FREIRE JÚNIOR (Assessor Técnico — SEPLAN)

LIS ANDRADE MELO (Assessora Técnica — SEPLAN)

MILLENA KELLY BRITO (Comunicação — Estagiária)

NILMAR PINHEIRO DA SILVA MORAIS (Assessor Técnico de Comunicação — SEPLAN)

VICTOR RIBEIRO LAGES (Consultor de Comunicação — PNUD/SEPLAN)

REBECA MARIA NEPOMUCENO LIMA (Diretora de Estudos Econômicos e Sociais — CEPRO/SEPLAN)

Agentes Territoriais

ANA CRISTINA CAMPOS MARINHO — TD PLANÍCIE LITORÂNEA
ERASMO CARLO R. VIANA PASSOS — TD SERRA DA CAPIVARA
FRANCISCO HELITO DA SILVA — TD COCAIS
GEMINIANO VIANA DE SENA — TD CHAPADA DAS MANGABEIRAS
GECIVALDO JOSE DA GAMA — TD CARNAUBAIS
JANICE MARIA DE JESUS — TD VALE DO RIO GUARIBAS
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS — TD ENTRE RIOS
LEVI LUSTOSA DE ARAUJO — TD VALE DO CANINDÉ
MARIA DOS RAMOS DE BRITO — TD CHAPADA VALE DO ITAIM
ADRIANO VENICIUS SANTANA GUALBERTO — TD VALE DOS RIOS PIAUI E ITAUEIRA
JORGE LUÍS MACHADO FERNANDES — TD VALE DO SAMBITO
MOACIR PEREIRA DA SILVA — TD TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA

Apoio logístico

DAVID IBIAPINA CARVALHO
Assistente de Serviço — SEPLAN

EMANUELLY FROTA ARRUDA
Gabinete — SEPLAN

KARLA MENESES COSTA
Gabinete — SEPLAN

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

Traço Leal Comunicação

Apoio Institucional

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

Setoriais e Instituições Colaboradoras

Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí – Piauí Fomento
Assentamento Brejinho em Campo Maior
Assentamento Novo Zabelê, São Raimundo Nonato
Assentamento Paraíso, Pedro II
Assentamento Terra Ativa, Batalha
Assentamento Vista Alegre, Oeiras
Associação Central dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Platôs de Guadalupe – ACIPE
Associação Comunidade Quilombo Lagoas, São Raimundo Nonato
Associação da Mata dos Morenos, Regeneração
Associação das Escolas-família Agrícola do Piauí – AEFAPI
Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco, Miguel Alves
Associação de Barra Bonita
Associação de Mulheres Fortes, Betânia do Piauí
Associação de Produtores de Tucuns de Uruçuí
Associação de Produtores do Assentamento Tabocas em Currais
Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos – ASCOPAM
Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Município de Betânia do Piauí – ASCOBETÂNIA
Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense – APASPI
Associação Lagoa do Juá

Associação Mulheres Produtoras Rurais
Associação Traçados, Ilha Grande do Piauí
Cajuína Cristal
Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL de Oeiras
Câmaras Setoriais
Caritas Diocesana de São Raimundo Nonato
Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – Casa APIS
Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE/UFPI
Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEEA
Cerâmica Serra da Capivara
Comapi
Comunidade Serra do Inácio
Comunidade Trás da Serra, São Francisco de Assis
Conselhos de Desenvolvimento Territorial
Cooperativa de Catadores de Oeiras
Cooperativa de Catadores de Piripiri
Cooperativa dos Produtores e produtoras Rurais da Chapada do Rio Itaim – COOVITA
Cooperativa Mel do Sertão
Coordenadoria Estadual de Política para as Mulheres – CEPM
Departamento de Estradas de Rodagem – DER
Distrito de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí – DITALPI
Eco Adventure
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
Empresa de Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA
Empresa de Gestão de Recursos do Estado – EMGERPI
Equatorial Energia
Ferrovia Transnordestina Logística
Fraternidade São Francisco de Assis
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí – EMATER
Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI
Instituto de Terras do Piauí – INTERPI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
Instituto Presente
Investe Piauí
Mel Wenzel
Ministério Público Oeiras
Parque Nacional da Serra da Capivara
Parque Nacional da Serra das Confusões
Pousada da Serra da Capivara
Prefeitura Municipal de Amarante
Prefeitura Municipal de Betânia
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
Prefeitura Municipal de Brasileira
Prefeitura Municipal de Campo Maior
Prefeitura Municipal de Caracol
Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí
Prefeitura Municipal de Guadalupe
Prefeitura Municipal de Eliseu Martins

Prefeitura Municipal de Oeiras
Prefeitura Municipal de Parnaíba
Prefeitura Municipal de Paulistana
Prefeitura Municipal de Pedro II
Prefeitura Municipal de Piracuruca
Prefeitura Municipal de Piri-piri
Prefeitura Municipal de Regeneração
Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato
Prefeitura Municipal de Simplício Mendes
Prefeitura Municipal de Uruçuí
Projeto de Psicultura do Soizão, Oeiras
Projeto Peixe Boi, Cajueiro da Praia
Quilombo Lagoas
Quilombo Mimbó, Amarante
Secretaria de Agricultura Familiar – SAF
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE
Secretaria de Estado da Educação – SEDUC
Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI
Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SASC
Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR
Secretaria de Estado de Transportes – SETUR
Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Sindicato da Pesca de Parnaíba
Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bom Jesus
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Amarante
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Betânia
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Oeiras
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parnaíba
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paulistana
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piri-piri
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Raimundo Nonato
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Regeneração
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Assunção do Piauí
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eliseu Martins
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruçuí
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Alves
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedro II
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO
Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC
Superintendência do Turismo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba – a UFDPAr
Usina Eólica Pedra do Sal
Zona de Processamento de Exportações – ZPE



APRESENTAÇÃO

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia, representou o primeiro esforço dos chefes de estado do planeta para discutir a degradação ambiental a partir de um modelo de expansão urbano-industrial que se comprovou insustentável não apenas sobre o ambiente natural, mas também acirrou ainda mais desigualdades nas escalas global, regional e local.

Em 1992, a Conferência RIO 92 apresentou à sociedade global a Agenda 21, primeiro documento com uma visão mais ampla de desenvolvimento, com abordagem mais inclusiva socioambientalmente, reforçando inclusive o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1987) ao relacionar os problemas ambientais ao modelo de crescimento econômico.

Os últimos 30 anos foram marcados pela ampliação das pesquisas e discussões sobre os impactos ambientais causados pela expansão industrial, aumento excessivo do consumo, aquecimento global e aumento das desigualdades, evidenciando a necessidade de mudanças urgentes em prol de um modelo mais justo, inclusivo e sustentável. Tais esforços geraram os Objetivos do Milênio – ODM (2000), com metas até o ano de 2015 e posteriormente de forma mais ampla e integrada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, com o olhar para 2030.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS são um compromisso global para construção de uma sociedade mais justa, segura e sem pobreza, com objetivos centrais de proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas em todos os lugares do planeta. São compostos por 17 objetivos integrados e 169 metas que, até o ano de 2030, visam à implantação de uma Agenda para desenvolvimento sustentável em nível global, assinada por 193 países.

O Governo do Estado do Piauí, comprometido com a Agenda 2030, assinou no ano de 2016 o memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD com a finalidade de contribuir com o atingimento das metas pactuadas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Essa é uma Agenda que envolve não apenas o poder público, mas todos os segmentos da sociedade, setor privado, movimentos sociais e cada cidadã e cidadão que, direta ou indiretamente contribuirão para a construção de um futuro melhor para as próximas gerações enfrentando os desafios para promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Diante desse desafio, a SEPLAN coordenou a elaboração do PLANO PIAUÍ 2030 realizando escutas junto aos órgãos de governo, organizações representativas do setor empresarial, gestores municipais e organizações da sociedade civil nos Territórios de Desenvolvimento a fim de construir de forma participativa uma estratégia de desenvolvimento para o estado.

O PLANO PIAUÍ 2030 é composto por quatro eixos primordiais para o desenvolvimento do Estado do Piauí até o ano de 2030, sendo: Meio ambiente e mudanças climáticas, Trabalho, emprego e renda, Infraestrutura e Redução das desigualdades.

Tais eixos se desdobram nos programas e projetos prioritários para que o Estado do Piauí possa alcançar patamares de desenvolvimento que representem melhor qualidade de vida para todas e todos os piauienses. Os eixos incluem também um conjunto de indicadores de Impacto e Resultado para monitorar o andamento dos seus programas, possibilitando à sociedade maior governança sobre a avaliação das ações implementadas.

O PLANO PIAUÍ 2030 inova ao trazer uma VISÃO DE FUTURO mais clara e objetiva que norteará os próximos dois ciclos de Plano Plurianual – PPA, com a meta de ATINGIR O IDH ALTO (0,800) EM 2030. É também o primeiro apresentado por uma Unidade da Federação (UF) alinhado com metas estabelecidas em nível global a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Dessa forma, reforçamos aqui o compromisso do Governo do Estado do Piauí em ampliar atenção sobre a população piauiense, nossa maior riqueza e foco do nosso trabalho, construindo um estado para todas as **P**essoas, com **P**az, **P**rospriedade, um olhar para o **P**laneta e ampliando as **P**arcerias.

Rejane Tavares da Silva

Secretária de Estado do Planejamento do Piauí

Sumário

Introdução.....	4
Marco conceitual.....	6
Conceitos fundamentais	6
Conceitos metodológicos.....	9
Procedimentos metodológicos.....	10
Diagnóstico estadual com base nos ODS.....	18
Conjunto de indicadores	18
Barreiras estruturais	22
Visão de futuro e eixos de desenvolvimento	24
Estrutura de governança e implementação.....	40
Espaços de governança	40
Sistema de informações para monitoramento, avaliação e revisões.....	42
Condições para viabilizar a implementação do Plano	45





Introdução

Este Plano representa um esforço empreendido pelo Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em sua elaboração, há uma inovação ao tentar articular um planejamento estadual com um movimento internacional que privilegia a Agenda 2030 e as metas empreendidas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ano de 2022 marca os 50 anos da realização da Conferência de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que representou um primeiro esforço capitaneado pela ONU em reunir chefes de Estado para tratar de temas relacionados à degradação do meio ambiente. Esse evento é considerado um marco que inaugura as preocupações mundiais no que se refere a um maior equilíbrio entre crescimento econômico e a redução dos danos ambientais.

A introdução do conceito de desenvolvimento sustentável como expressão da busca por esse equilíbrio só foi dado anos mais tarde, em 1987, descrito no relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O documento intitulado “Nosso Futuro Comum” – também conhecido como Relatório Brundtland – definiu que o desenvolvimento sustentável, em linhas gerais, pode ser expresso pelo atendimento às necessidades atuais sem que haja comprometimento das gerações futuras. O relatório também estabeleceu como proposta que a ONU implantasse um programa voltado ao desenvolvimento sustentável em âmbito internacional.

Há 30 anos, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Brasil – também conhecida como Rio 92 ou Eco 92 – foi lançada a Agenda 21, um instrumento que possibilita aos países pensarem estratégias de desenvolvimento ancoradas na sustentabilidade e na inclusão social.

Em 2000, durante realização da Assembleia-Geral da ONU, foi aprovada a Declaração do Milênio, estabelecendo oito objetivos para serem perseguidos pelos países membros, com metas e indicadores de alcance estipulados para 2015. Os ODMs representaram uma tentativa de unificar uma agenda global comum em prol do desenvolvimento de todos os países, porém com olhar mais abrangente para o combate à pobreza.

Paralelamente ao desenvolvimento de programas e políticas voltadas ao atendimento às metas dos ODMs, ocorreu, em 2012, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – também conhecida como Rio +20 –, que contou com a participação de 193 nações que avaliaram os avanços e identificaram as lacunas descritas no relatório intitulado “O futuro que queremos”, documento que reconhece o estabelecimento de metas como importante estratégia a ser adotada e é considerado as bases para a criação dos ODS, que foram oficialmente acordados em 2015.

Os 17 ODS são compostos por 169 metas interdependentes, compondo uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, com previsões de alcance para 2030 e vêm subsidiando as ações estratégicas dos países membros da ONU, inclusive no Brasil.¹ Unidades subnacionais também

¹ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizaram esforços em promover a localização das metas propostas para a realidade brasileira. O país mantém uma página em que está apresentada a evolução de alguns dos indicadores prejudicados, contudo, pela ausência de dados do Censo Demográfico que deveria ter sido realizado em 2020.

Resumo Executivo

vêm aderindo à Agenda 2030 como uma estratégia para promover o planejamento englobando todos ou parte dos ODS.

O Piauí já possui uma trajetória de inovação nas estratégias de planejamento. Em 2022, completam-se 15 anos da legislação que introduziu o planejamento participativo com a organização do estado em territórios de desenvolvimento (TDs), unidades que contam com Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CTDS), formados por representantes da sociedade civil, poder público e setor empresarial que atuam na busca de solucionar problemas e aproveitar as oportunidades voltadas ao desenvolvimento nos territórios. Além disso, participam da priorização das ações estatais que compõem o orçamento estadual, efetivando a participação social na definição da aplicação dos recursos.

Assim, neste simbólico ano de 2022, o presente documento apresenta a materialização do planejamento estadual com base nos ODS. Mais uma inovação que o Piauí introduz nas suas estratégias em busca do desenvolvimento e da sustentabilidade, com respeito aos diferentes e sem deixar ninguém para trás.

Este Resumo Executivo contém, além desta, mais cinco seções que estão dedicadas a apresentar todos os caminhos trilhados na elaboração do planejamento estratégico do estado com base nos ODS. Logo a seguir, estão explicitados os principais conceitos utilizados na elaboração deste Plano. A seção três traz um diagnóstico do estado com dados quantitativos e qualitativos obtidos junto a informantes chave da gestão estadual, municipal e representantes da sociedade civil nos TDs. Na seção quatro, estão explicitados os procedimentos metodológicos que apresentam o caminho trilhado para a elaboração deste Plano e culminam na definição de quatro eixos estratégicos, cujos desenho e principais programas e projetos estão na seção cinco. Uma proposta de estrutura de governança e de implementação do Plano fecham o resumo executivo.

Detalhes quanto aos eixos, bem como os programas e projetos, podem ser observados nos cadernos dedicados a cada um deles, anexados a este resumo.

Marco conceitual

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a elaboração deste plano estratégico de desenvolvimento se deu em meio a um momento bastante particular. Em 2020, o mundo se deparou com uma situação bastante difícil que obrigou os gestores de todos os países a traçarem táticas específicas para resolução de um problema único: a pandemia provocada por um novo tipo de coronavírus. Nesse contexto, uma série de temas e dimensões da vida humana acabaram ganhando centralidade, desvelando a importância em se estabelecerem ações imediatas para que situações como a que foi provocada pela pandemia não venham a se tornar frequentes ou, em visão menos otimista, que as sociedades estejam mais preparadas para enfrentar conjunturas desse tipo.

Conceitos fundamentais

Um primeiro tema que já vinha ganhando força – no Brasil, especialmente desde a década de 1990 – é o meio ambiente. Preocupação central também entre os ODS, a conservação das paisagens naturais tem importância crucial para a própria reprodução humana, e o desregramento de sua exploração vem causando mudanças no clima, como apontam os últimos relatórios do Painel Intragovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022). Portanto, qualquer planejamento que tenha por objetivo ser estratégico deve considerar esse tema como crucial. A gravidade do cenário no que se refere a esse assunto tem levado algumas organizações internacionais, como a ONU e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a denominar o evento de “emergência climática”.

Dessa forma, a **mudança climática** refere-se ao aumento de eventos extremos que vêm sendo cada vez mais frequentes e com tendência de atingir fortemente os que estão em situações de maior vulnerabilidade. A atuação se dá em duas frentes: mitigar os efeitos das alterações do clima identificando os que estão em situações mais vulneráveis; investir em projetos que tenham por base a adaptação às mudanças climáticas, ensejando uma transição para a sustentabilidade que permita a redução da degradação ambiental e valorizando os serviços ecossistêmicos. Alguns documentos produzidos para o estado (PNUD, 2019a; PNUD, 2019b; PNUD, 2019c) apontam entretanto nesse tema. Dentre eles, o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, a coleta, destino e tratamento do lixo e o sistema de abate de animais são exemplos de questões que precisam de olhar específico a fim de amplificar as potencialidades existentes nos territórios.

Outro tema de relevância diz respeito à fome e à insegurança alimentar, que voltou a ser amplamente debatido no cenário nacional. Dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, produzido pela Rede Penssan (2022), realizado em 12.745 domicílios em áreas rurais e urbanas de 577 municípios de todo o país, demonstram que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. São 58,7% de toda a população que convivem com algum grau de insegurança alimentar. As Regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas, e a situação se agrava em áreas historicamente mais vulneráveis, como as rurais, principalmente onde não há condições adequadas para a produção de alimentos, por exemplo, dificuldades no acesso à água. Além disso, as mulheres negras de baixa escolaridade são as mais atingidas pela fome, complementa o estudo.

Torna-se, portanto, crucial tratar a **segurança alimentar** como estratégica para que se alcance um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As últimas crises política, sanitária e econômica que o país ainda enfrenta fizeram com que o Brasil voltasse a figurar entre as nações que possuem população em situação de insegurança alimentar e de fome. É sabido que o problema da fome no Brasil não se refere à produção, sim a uma distribuição desigual atrelada a uma variação dos preços que impede que as famílias se alimentem de forma nutricionalmente equilibrada.

Nesse sentido, a produção da agricultura familiar desempenha um importante papel, tanto pela variedade de produtos quanto pela disponibilidade de acesso. Os resultados satisfatórios de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) comprovam isso em nível nacional. Localmente, a experiência do Programa de Alimentação Saudável (PAS) implementado durante a pandemia também se demonstrou exitosa, ao adquirir alimentos da agricultura familiar para o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade. A presença dessa categoria no Piauí é extremamente relevante, e os incentivos para a inclusão produtiva são fundamentais para reverter um quadro de fome para uma alimentação saudável.

O **acesso digital** é outro tema considerado estratégico para se planejar o desenvolvimento estadual em bases sustentáveis e inclusivas. Ao lado da mudança climática e da segurança alimentar, o tema do acesso digital ganhou amplitude com a deflagração da pandemia da covid-19. O acesso digital deixou de ser uma ferramenta voltada somente à pesquisa e à comunicação e passou a ser essencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao trabalho, à educação e ao lazer, tanto no que se refere à utilização para *streaming*, como para interação social com amigos e familiares. Há entraves importantes que merecem ser observados para a ampliação do acesso digital, dentre eles a exclusão do acesso aprofundada pela desigualdade e a qualidade do serviço de conexão (CEPAL, 2020).

Os números relativos ao acesso à internet por parte dos domicílios brasileiros vêm aumentando ao longo dos últimos anos. Os dados para o Piauí também se elevaram, contudo, o estado ainda apresenta os menores percentuais de acesso digital do país. Considerando o período entre os anos de 2016 e 2019, os dados do IBGE apontam que os percentuais passaram de 52,7% para 67,3%. O principal motivo para o baixo acesso, segundo a pesquisa, é o valor cobrado pelo serviço.

Ações nesse sentido já têm sido implementadas pelo governo do estado, especificamente, por meio de parcerias público-privadas (PPP). Trata-se do Projeto Piauí Conectado, que visa a construção, operação e manutenção da infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem. É preciso, contudo, observar que estruturas adjacentes a esse serviço também merecem atenção, como é o caso, por exemplo, do fornecimento (e da qualidade) dos serviços de energia elétrica, sobretudo em áreas mais remotas.

Apesar dos importantes avanços obtidos no estado, ainda restam desafios colocados para que o Piauí consiga atuar estrategicamente a partir desses temas, considerados no cenário nacional e internacional como cruciais para promover a sustentabilidade e a inclusão, na busca de dirimir as desigualdades sociais, ampliando as oportunidades para todas e todos. Assim, é fundamental que as ações de desenvolvimento sejam pensadas a partir da **inovação**. Trata-se de incluir entre as propostas apresentadas, bem como em sua execução, ações que tenham por foco estratégias eficazes e criativas, especialmente aquelas que se atenham a novas formas de ver o mundo, que está em constante movimento e mutação. A própria abordagem territorial já apresenta uma inovação, bem como a iniciativa em se estabelecer um planejamento estadual que esteja em consonância com os ODS. Ampliar as inovações para outros setores e órgãos de governo é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do estado em bases sustentáveis e inclusivas.

Conceitos metodológicos

Todos esses temas estão presentes na conformação deste Plano e expressos nos **Eixos Estratégicos**, que trazem uma análise das metas e indicadores dos ODS localizados para o Estado do Piauí e consolidam programas e projetos considerados prioritários para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do estado.

Os eixos foram elaborados a partir da identificação de **barreiras estruturais**, isto é, problemas fundamentais que o estado enfrenta e que precisam ser superados para aprimorar eficácia e eficiência das ações estratégicas. As barreiras foram identificadas a partir de um extenso trabalho que considerou indicadores sociais, ambientais e econômicos, bem como uma análise qualitativa junto à população e aos gestores do estado e dos TDs, resultando no diagnóstico que será apresentado a seguir.

Por fim, a execução das propostas concentradas neste Plano visa acelerar o alcance dos 17 ODS no Piauí. A implementação de **aceleradores dos ODS** consiste em uma estratégia utilizada para alcançar de forma mais rápida os objetivos. Segundo PNUD (2017), acelerador representa uma política de desenvolvimento ou área programática chave que poderá desencadear o desenvolvimento de forma rápida e efetiva. Neste Plano, os procedimentos adotados – desde a definição dos vetores estratégicos, passando pela identificação das barreiras, até a proposta de governança – são considerados aceleradores dos ODS.

Procedimentos metodológicos

Uma primeira observação a ser realizada quanto aos procedimentos metodológicos adotados para a elaboração do Plano ODS/PI reside no próprio caráter holístico que permeia a proposta de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a adoção de uma abordagem sistêmica dos fenômenos é o ponto de partida para o desenho de propostas de desenvolvimento, uma vez que há relações de interdependência entre os diversos subsistemas que compõem a sociedade. Para compreendê-los, é necessário um esforço interdisciplinar, pois, mais que a soma das partes, uma análise sistêmica requer compreender as interdependências postas entre os diversos sistemas (PEDROZO; SILVA, 2000), englobando as relações sociais e o ecossistema, tendo como resposta soluções estratégicas para os problemas elencados.

Uma maneira prática de compreender esse debate colocando-o no nível dos ODS é entender que o alcance de determinado objetivo só se torna efetivo quando outros objetivos também são perseguidos, ou seja, é o conjunto dos 17 ODS em uma leitura integrada que traz a possibilidade de crescimento econômico, com geração de bem-estar e conservação ambiental. Isso não quer dizer, contudo, que o alcance das metas estabelecidas nos ODS represente apenas ganhos ao desenvolvimento. É sabido que, ao atingir determinadas metas, o alcance de outras podem ser comprometidas. Por exemplo, com o aumento da renda, há tendência de aumento no consumo, e

isso poderá refletir no consumo, aumentando o descarte de lixo. Por esse motivo, a implementação das ações deve se dar de forma conjunta, minimizando os riscos de que o alcance de um ODS prejudique outros.

Procurando atender ao caráter sistêmico de uma proposta de planejamento com base nos ODS, foram utilizadas várias técnicas que serão descritas nas linhas a seguir e culminaram no desenho de propostas de ações que respondem tanto às potencialidades do estado quanto aos problemas encontrados. Além disso, a equipe de consultores responsáveis por essa elaboração é interdisciplinar,² o que contribui para esse olhar holístico.

A primeira técnica utilizada foi a análise documental, com base em projetos e relatórios cedidos pela equipe da SEPLAN. Essa pesquisa foi importante na definição do desenho conceitual-metodológico adotado para a elaboração do Plano. Tais documentos representam os antecedentes do planejamento estadual, são eles: Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (Planap) de 2005; Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí (PDES) de 2013; Plano Plurianual (PPA) de 2019; relatórios produzidos pelo PNUD em 2019 que trazem a localização dos ODS e uma análise territorial de indicadores selecionados. Além disso, consideraram-se a visão de futuro e a meta estabelecida pelo estado para 2030, quais sejam, Piauí Desenvolvido e Sustentável, com elevação do IDH para 0,80.

A definição conceitual-metodológica foi validada junto à Secretaria e apresentada e discutida com as Setoriais de Governo.³ Tanto a análise documental quanto a consulta aos órgãos de governo permitiram que fossem definidos os **vetores estratégicos**, setores e categorias considerados essenciais ao desenvolvimento do estado. Representam, portanto, áreas consideradas fundamentais para promoção de ações que visem à criação de oportunidades capazes de avançar social, ambiental e economicamente o estado: agricultura familiar; agronegócio; mineração; energia; turismo; comércio e serviços.

i) **Agricultura familiar:** o Piauí possui mais de 80% de todos os estabelecimentos agropecuários do estado dedicados à produção familiar, são várias e diversificadas as possibilidades colocadas para incremento da atividade, como apontado no mapa de potencialidades territoriais produzido pela Seplan. O apoio à produção familiar torna-se essencial para a promoção da segurança alimentar no estado, cujas ações estratégicas ainda contribuem para a diminuição da desigualdade e para a equidade de gênero, sobretudo ao valorizar monetária e socialmente as atividades desempenhadas pelas agricultoras no interior dos estabelecimentos. Além disso, incentivo e apoio a essa categoria podem contribuir para a diminuição da pobreza.

ii) **Agronegócio:** o Piauí integra a região de expansão da produção de grãos do país, o Matopiba, que vem, junto às outras áreas, batendo recordes de produção de milho e soja. Cada vez mais, regras de mercado internacionais vêm pautando a produção em bases sustentáveis, havendo, portanto, necessidade de adequação. O respeito ao meio ambiente e à legislação trabalhista é

² Fazem parte da equipe direta de elaboração deste Plano especialistas em: Meio Ambiente; Políticas Sociais; Infraestrutura e Logística; Economia; Dados e Estatística, além de consultas constantes a outros especialistas a depender do tema em discussão.

³ As reuniões junto aos órgãos de governo para apresentação e pactuação da proposta conceitual-metodológica ocorreram durante o mês de maio de 2021 no formato virtual, dado o momento crítico de transmissão do coronavírus.

fundamental para que o agronegócio brasileiro tenha competitividade internacional. Além disso, as áreas de produção apresentam, constantemente, conflitos com povos tradicionais que precisam ser administrados, ao peso de aumentar as desigualdades e diminuir as oportunidades de geração de renda dessas populações. Um olhar integrado que priorize a regularização de uso do solo é fundamental para delimitar as atividades de cada um dos setores.

iii) **Energia:** o estado vem se despontando como um grande produtor de energia limpa – eólica e fotovoltaica –, e esse pode ser um setor que traz inovação e empregos qualificados à população piauiense. Contudo, o acesso à energia não é universalizado no estado, além de um alto nível de interrupções no serviço, o que prejudica tanto o setor econômico quanto o consumo doméstico. Esse parece ser um paradoxo – produção *versus* consumo – que os gestores precisam se empenhar em resolver para que ocorram mais oportunidades e acesso igualitário à população.

iv) **Mineração:** muitas regiões do estado têm possibilidade de exploração de minérios, contudo, são áreas que podem gerar conflitos com comunidades que ali existem. Planejar essa produção é fundamental para que a geração de desigualdades não seja maior do que os benefícios que sua exploração possa trazer. Novamente, promover a regulamentação do uso do solo torna-se imperativo para ordenar o estado nas várias atividades que podem ser desenvolvidas.

v) **Turismo:** o Piauí possui potencial turístico em toda a sua extensão. A paisagem, a religião, a história, a ciência e os patrimônios históricos e culturais são alguns dos atrativos que podem ser economicamente explorados por todo o estado. Combinar a preservação ambiental e patrimonial com a valorização das potencialidades regionais como a culinária é um somatório possível para a geração de empregos e preservação do ambiente natural. Além disso, a indicação geográfica de produtos exclusivos do estado os valoriza material e simbolicamente e pode representar um alto valor agregado.

vi) **Serviços:** o setor de serviços, em conjunto com o comércio, tem crescido bastante no estado nas últimas décadas.⁴ Aumentar a possibilidade de empregos qualificados nesse setor contribui para a elevação da renda da população. É fundamental que sejam pensadas estratégias que estejam em consonância com os temas citados anteriormente, por exemplo, o acesso digital e a inovação. Sabe-se que, ao mesmo tempo que é um grande empregador, o setor de serviços é um dos que menos remunera os trabalhadores, daí a necessidade de qualificar os empregos oferecidos, com um olhar para as mulheres, especialmente, no que se refere à ocupação de postos gerenciais e qualificados.

Esses vetores representam, portanto, grandes potenciais para que ocorra uma aceleração no alcance dos ODS no Piauí.

Após a análise documental que culminou na proposta conceitual-metodológica do Plano, a equipe de consultores promoveu um levantamento de dados secundários. Foram pesquisados indicadores alinhados aos ODS para o estado e, quando possível, para os municípios do Piauí, com base em relatórios produzidos anteriormente pelo PNUD. A análise dos dados municipais foi importante

⁴ Sobre esse tema, ver: POCHMANN; GUERRA, 2019.

para remeter a uma visão da heterogeneidade presente no estado. Essa leitura contribuiu na obtenção de um quadro analítico dos rumos do desenvolvimento estadual nos últimos anos, colaborando na construção de uma visão de longo prazo do desempenho dos indicadores selecionados.

Os dois passos anteriores embasaram a equipe de consultores com dados secundários sobre o estado. Para maior aprofundamento da realidade piauiense, foram realizadas entrevistas com gestores estaduais e nos TDs. Essa etapa foi importante para qualificar os dados obtidos anteriormente e representam um procedimento qualitativo da análise. Tanto a análise documental quanto a leitura dos dados secundários apontaram que o estado possui uma série de ações voltadas ao desenvolvimento, mas a evolução positiva dos indicadores estagnou ou arrefeceu após 2014. Essa realidade levou a equipe de consultores a questionar os motivos que contribuem para a paralisação dos efeitos positivos das estratégias de desenvolvimento.

Foram, então, realizadas mais de 160 entrevistas com representantes do poder público estadual, gestores municipais, representantes das universidades, dos movimentos sociais e sindical, e representantes do setor privado. Durante essas entrevistas, buscou-se aprofundar e qualificar as informações sobre os projetos e ações desenvolvidos pelo poder público e compreender junto aos informantes quais seriam, na opinião de cada um deles, as principais barreiras para o desenvolvimento do estado.

Como resultado das entrevistas, complementadas com visitas a projetos e entidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, foram identificadas algumas **barreiras estruturais**. Tais barreiras são consideradas estruturais porque perpassam todas as iniciativas voltadas ao desenvolvimento, e sem contorná-las dificilmente o estado conseguirá alcançar o tão almejado desenvolvimento em bases sustentáveis, uma vez que as barreiras acabam minando a efetividade das ações em andamento. São problemas, muitas das vezes, históricos e que terão de mobilizar conjuntamente os órgãos de governo e a sociedade civil em busca de soluções inovadoras e de longo prazo. **Foram identificadas as seguintes barreiras: qualidade da energia elétrica; acesso à água; regulamentação do uso e ocupação do solo; adensamento das cadeias produtivas; desigualdades socioeconômicas; ausência de ferramentas para gestão e monitoramento das ações.** Na metodologia proposta pelo PNUD, esses são considerados os gargalos postos para a aceleração dos ODS.

Além dessas barreiras, a equipe de consultores identificou, para cada um dos vetores econômicos elencados na proposta conceitual-metodológica, problemas específicos que também agem como barreiras para as ações de desenvolvimento. Essa identificação foi realizada por meio da técnica denominada “árvore de problemas”, a qual foi escolhida por ser de fácil visualização por seu formato quase lúdico, que aponta nas raízes das árvores as causas dos problemas, enquanto o caule representa o problema principal, e a copa, as consequências geradas por esses mesmos problemas. Além disso, essa técnica permite que se parta de uma visão negativa – os problemas – para uma visão mais positiva de cada um dos vetores. Ao apontar ações estratégicas para os problemas é possível construir uma árvore de soluções, e a visão passa a ser positiva, podendo ser desmembrada em grandes objetivos a serem perseguidos e projetos a serem desenvolvidos.

As árvores foram apresentadas para a população do estado em oficinas realizadas com o objetivo de colher contribuições de representantes da sociedade civil, do poder público, das universidades, dos movimentos sociais e do setor privado. As oficinas tiveram, ao todo, a participação de mais de 550 pessoas que colaboraram na identificação de possíveis soluções para os problemas apresentados.⁵ Os resultados obtidos durante a realização das oficinas serviu de base para as propostas de programas e projetos contidos neste Plano.

Todos os passos anteriores e as técnicas descritas foram fundamentais para o desenho das propostas de desenvolvimento que constam em **quatro eixos estratégicos**. Para formatá-los, recuperam-se a visão de futuro e a meta de elevação do IDH. Para alcançar tal intento, os eixos estão alinhados aos ODS e em consonância com todos os resultados obtidos no processo de elaboração do Plano, apresentados nas linhas anteriores. **São eles: i) meio ambiente e mudanças climáticas; ii) trabalho, emprego e renda; iii) infraestrutura; iv) redução das desigualdades.**

Cada um dos eixos traz programas e projetos específicos que buscam amalgamar as iniciativas estratégicas e a resolução das barreiras estruturais que se apresentam como impeditivos ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, conformando ações de desenvolvimento com perspectiva de alcance das metas postas nos ODS e também na elevação do IDH-M para todos os municípios do Piauí.

Um resumo dos procedimentos realizados pode ser observado nas figuras a seguir.

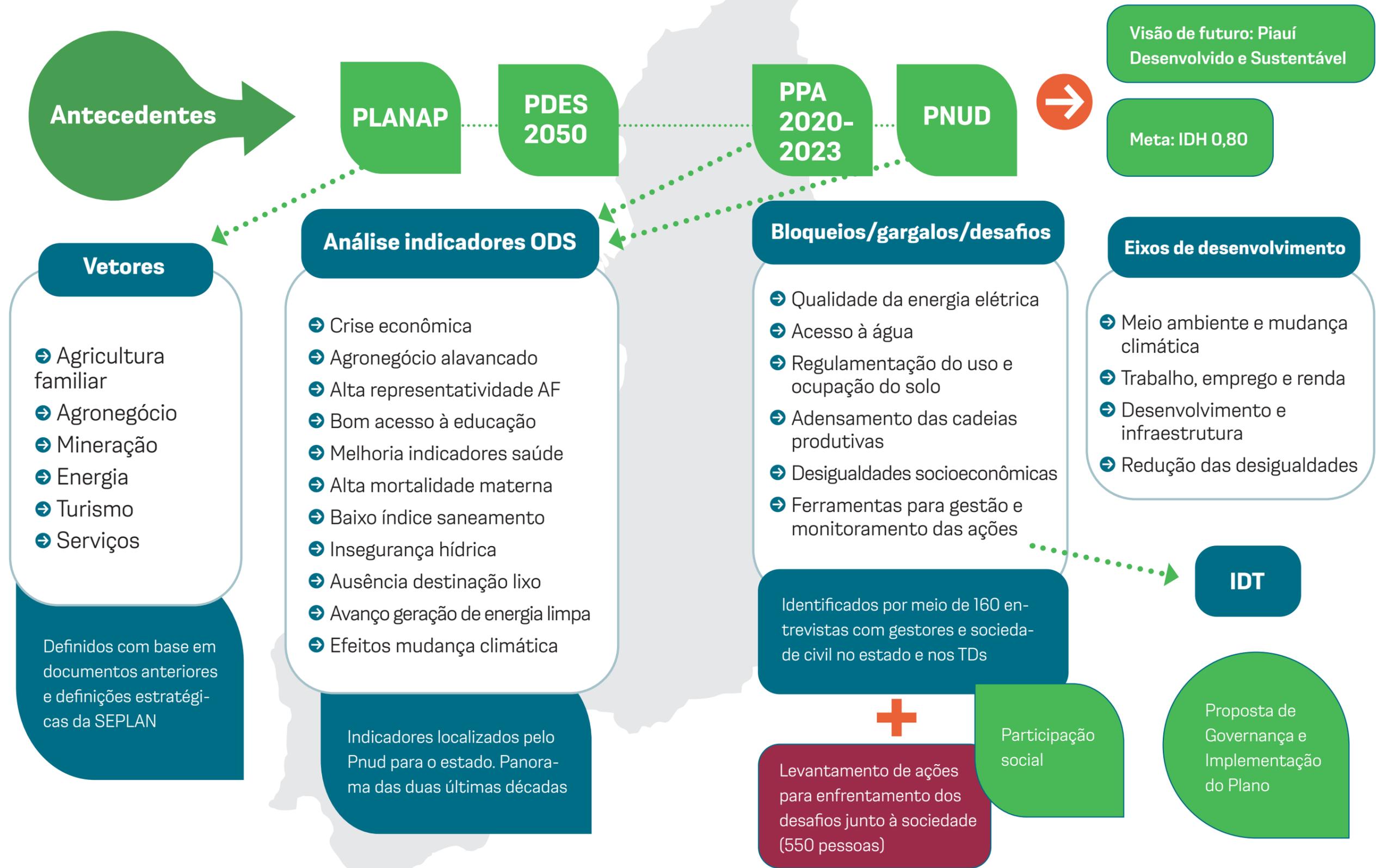
Figura 1. Etapas de elaboração do Plano.



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017.

⁵ Foram, ao todo, realizadas quatro oficinas entre os dias 7 e 10 de fevereiro de 2022, que contaram com uma participação restrita de público de forma presencial e um grande contingente de pessoas contribuindo virtualmente. A decisão de realizar as oficinas em formato híbrido (presencial e virtual) atendeu ao decreto governamental, que previa a limitação de público em eventos presenciais dado o aumento de casos de covid-19 no estado e em todo o país naquele momento.

Figura 2. Desenho de Construção do Plano



Diagnóstico estadual com base nos ODS

O diagnóstico da realidade estadual foi dividido em duas partes. A primeira se refere a uma análise dos indicadores relacionados aos ODS, o que representa um retrato quantitativo com base nas metas e indicadores postos em cada um dos 17 ODS. Para facilitar a leitura desses indicadores, os objetivos foram agrupados em grandes temas que serão detalhados a seguir. A segunda parte do diagnóstico se refere a uma abordagem qualitativa que identificou as principais barreiras postas ao desenvolvimento estadual. As duas análises – quantitativa e qualitativa – são complementares e relacionais e culminaram na definição dos eixos de desenvolvimento que serão expostos na próxima seção.

A seleção dos dados para análise se deu em acordo com o exposto em PNUD (2017), PNUD (2019) e Ipea (2018), que promovem um alinhamento dos indicadores postos em cada um dos ODS para o nível federal e para o Piauí, particularmente. Optou-se por uma análise dos indicadores relativos aos últimos 20 anos de modo a se obter uma trajetória histórica do desenvolvimento estadual.⁶

Conjunto de indicadores

Quando se trata dos indicadores ligados à **economia e à renda**, a análise indica que o estado apresenta bons resultados em relação ao produto interno bruto (PIB). Esses dados refletem um período de prosperidade que coincide com o momento pelo qual o próprio país passou desde os anos iniciais da década de 2000. Contudo, essa leitura positiva de um período econômico de prosperidade, valorização da moeda nacional e capacidade de compra que alimentava o ciclo de produtividade e consumo sofreu uma ruptura dada pelas crises econômica e política que tiveram início em 2014.

Um impulso significativo em relação ao PIB no estado vem do setor agropecuário, que concentra a produção de *commodities*, especialmente soja e milho, na região conhecida como Matopiba, que ocupa parte do cerrado brasileiro nos quatro estados que a compõem: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A produção do agronegócio é cercada de polêmicas quanto à sua efetividade para o crescimento econômico do entorno onde se insere (ELIAS; PEQUENO, 2007; FAVARETO et al., 2019). Sua contribuição para as riquezas nacionais também é questionada, dadas as perdas ambientais no que se refere ao desmatamento e à contaminação de solo e águas por uso intensivo de agrotóxicos (COSTA; PEREIRA, 2018). Para além da leitura econômica, há também conflitos causados pela ocupação de espaços antes destinados a povos tradicionais, causando alterações no modo de vida e insegurança patrimonial (SOUZA; CHAVEIRO, 2019).

⁶ O período depende da natureza dos dados e de sua divulgação, mas buscou-se, sempre que possível cobrir desde o início dos anos 2000 até os últimos anos, portanto, um período de duas décadas. Uma análise detalhada dos números pode ser visualizada em relatório específico (Produto nº 5 da Consultoria).

Se, por um lado, a monocultura contribuiu para o aumento do PIB estadual e dos municípios em que ela se desenvolve no período analisado, sob outro viés o impacto na distribuição de renda é negativo, já que há baixa remuneração dos trabalhadores do agronegócio, indicando concentração de recursos nas mãos de poucos proprietários, o que acaba por refletir nos dados referentes à desigualdade de renda. Vale ressaltar, ainda sobre esse tema, que, além da desigualdade, o número de conflitos na região foi intensificado, contribuindo para o aumento dos indicadores ligados à violência. Segundo relatórios elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre os anos de 2002 e 2020, há uma concentração dos conflitos por terra na porção sul do estado, justamente a área dedicada à produção de grãos.

Ainda quanto à produção agropecuária, o Piauí possui mais de 34% da população residindo em áreas rurais – uma boa parte dessas famílias se dedica à produção de alimentos. A agricultura familiar é bastante representativa no estado e na produção de feijão, milho, mandioca, criação de pequenos animais e aves. Essa categoria tem potencial para se concretizar como propulsora da economia estadual, mas atualmente ainda é altamente dependente das políticas públicas de comercialização e mal tem acesso às políticas de crédito, financiamento e assistência técnica. Como resultado tem-se uma produção mais voltada ao consumo familiar, com pouca destinação à comercialização, além da baixa integração com outros elos das cadeias produtivas, diminuindo a possibilidade de agregar valor aos produtos.

O processo de industrialização do Piauí ocorreu de forma tardia em relação ao restante do país e segue incipiente, com a presença de poucas indústrias em alguns municípios. A indústria do Piauí apresentou crescimento nos últimos anos, mas menor que os demais setores. Se, por um lado, isso restringe oportunidades de desenvolvimento econômico, de outro viés a emissão de gases poluentes por esse setor é baixa, colocando o Piauí em posição favorável para futuras negociações no mercado de carbono.

O setor de serviços é o mais dinâmico no estado. Em 90,2% dos municípios do estado, ou seja, em 202 municípios piauienses, a Administração Pública foi a atividade que mais contribuiu para o valor adicionado total do PIB (POCHMANN; GUERRA, 2019).

Desde 2015, o estado apresenta declínio das receitas obtidas em relação ao PIB, indicando a diminuição das receitas do governo em relação ao total de tudo produzido no estado (PNUD, 2019). Esse fato influencia na autonomia financeira do estado e dos municípios, ainda muito dependente das transferências governamentais, principalmente da União, o que compromete também a capacidade de investimento e inovações.

Os dados sobre **educação** indicam bons resultados para o estado, com a universalização do acesso à Educação Básica, a implementação de programas voltados à alfabetização de adultos e de incentivos à aprendizagem de disciplinas específicas. As taxas de aprovação são altas, ao passo que as de abandono são baixas, especialmente para o Ensino Fundamental. A distorção idade-série também vem caindo ao longo das últimas décadas, e as avaliações apontam para uma melhoria nas notas tanto da rede pública quanto particular de ensino. Contudo, ao analisar o desempenho dos alunos em português e matemática no Ensino Médio, têm-se como resultado de padrão “abaixo do básico” ou “básico” para a rede estadual. Essa realidade acaba refletindo na continuidade dos estudos dos jovens piauienses que galgam níveis mais elevados de ensino, o que ecoa na própria qualidade da educação pública.

Os dados relativos à **saúde** também vêm demonstrando melhoria no Piauí ao longo das últimas duas décadas, resultado do trabalho de acompanhamento sistemático das famílias realizado pelos agentes de saúde e das ações que o estado vem implementando nesse tema, em conjunto com os municípios. As taxas relativas à mortalidade infantil vêm apresentando queda ao longo das últimas décadas, bem como os números relativos à gravidez na adolescência. Por outro lado, a mortalidade materna é superior ao observado para a região Nordeste e para o país, demandando maior atenção por parte dos gestores de saúde.

Outras áreas que também merecem atenção especial dizem respeito às doenças com potencial epidêmico, como a dengue, por exemplo. Os dados demonstram grande variação de casos nas últimas duas décadas, provavelmente relacionada a regime e volume de chuvas presentes no estado.

Ainda na temática relacionada à saúde, dois dados são relevantes: taxas relativas às mortes no trânsito são bem superiores às nacionais, embora venham apresentando declínio desde 2015; dados relativos a suicídios também são destaques negativos. Apesar da estabilidade nas taxas nos últimos quatro anos, os números quintuplicaram desde o início deste século – esse quadro preocupante coaduna ao que a Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou como a “doença do século”. A depressão pode estar por trás dos altos valores observados, cujas causas podem ser múltiplas, bem como a resolução do problema que passa por ações voltadas ao bem-estar, até a organização psicossocial das famílias.

Pode-se citar o **acesso à água e ao saneamento** como viés que leva à uma boa condição física da população, ao passo que a ausência desses serviços é responsável pela disseminação de várias doenças que podem vir a sobrecarregar o sistema de saúde. Situação semelhante pode-se dizer no que se refere a recolhimento e destino adequado do lixo em todos os municípios. O acesso ao saneamento representa uma questão nacional mal resolvida, fruto da ausência de planejamento no crescimento das cidades, sua solução ainda é um desafio. No Piauí, não é diferente, e pouco se avançou nas últimas décadas. Já o acesso à água representa para algumas áreas do estado um problema crônico, devido aos períodos de seca por que o estado passa. Sobre destino e reciclagem do lixo, há experiências de destaque, mas muito a avançar.

Por fim, os dados referentes ao tema **ambiental** puderam ser observados nos mais diversos setores e estão intimamente ligados aos temas anteriores. Quando colocados em relação com a economia, podem-se citar os avanços na geração de energia limpa no estado, que aumentou sua participação na matriz energética nacional, especialmente na geração de energia eólica e fotovoltaica. Além disso, como não há grande produção industrial no estado, há reflexo nas baixas taxas de emissões de gases de efeito estufa, o que pode representar um grande trunfo que o estado dispõe para motivar debates mais amplos sobre conservação ambiental e mercado de carbono.

Quando se olha o meio ambiente em relação mais direta com a população, tem-se uma leitura de duas ordens. A primeira pode ser chamada de imediatista e reside nos acidentes provocados por desastres naturais, cujos impactos são sentidos já no momento de sua ocorrência. Tanto as fortes chuvas quanto as secas que acontecem no estado não encontram infraestruturas adequadas para proteção da população. A segunda leitura tem seus efeitos sentidos em longo prazo. Trata-se do desmatamento que ocorre tanto no cerrado quanto na caatinga e vem aumentando ao longo do período analisado.

Barreiras estruturais

A análise dos dados apresentados anteriormente revelou que há uma mudança de patamar de desenvolvimento no estado, com avanços positivos em diversos dos indicadores elencados. Além disso, são várias as ações que o estado empreende para que a melhoria dos indicadores – e do IDH-M – sejam efetivadas. Contudo, uma estagnação nos últimos anos impede que o estado consiga, de fato, promover um salto qualitativo no desenvolvimento.

Foram identificadas cinco barreiras estruturais ao desenvolvimento que impedem que ações e programas voltados ao desenvolvimento se mantenham e tenham êxito ao longo do tempo. Tais barreiras, se não forem ultrapassadas, continuarão a se apresentar como um empecilho para que qualquer projeto de desenvolvimento tenha efetividade.⁷

Uma primeira barreira estrutural observada diz respeito à **qualidade da energia elétrica** no estado. É interessante observar que o Piauí vem se despontando como um estado com excelência na geração de energia limpa (fotovoltaica e eólica) e ao mesmo tempo seus moradores convivem com a falta de qualidade dos serviços. Esse paradoxo colocado entre a geração e a qualidade da energia recebida traz inúmeros problemas que vão desde a queima de equipamentos domésticos até a interrupção no processo de produção.

A segunda barreira talvez seja a que tem mais longevidade na história não só do Piauí, mas de parte da Região Nordeste. O **acesso à água** é outra barreira estrutural que impede aumento e diversificação da produção. É certo que várias soluções vêm sendo implementadas ao longo das últimas décadas, a exemplo da construção de cisternas para captação de água da chuva. Apesar do sucesso dessa inovação, especialmente junto à população rural, ainda se depende do regime pluvial, o que, como se sabe, é cada vez mais incerto. A ausência de chuvas acaba por deixar a população à mercê da dependência de carros pipa, o que, por vezes, obedece a uma dinâmica de poder instalada nos pequenos municípios. Por outro lado, nos territórios em que a água é abundante, há uso sem muito controle. Estratégias e programas sobre esse tema são fundamentais para que projetos voltados ao incremento da produção e a uma maior autonomia da população rural sejam efetivados.

A **regulamentação de uso e ocupação do solo** é uma terceira barreira estrutural identificada e que merece atenção nas propostas de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Há grandes empreendimentos sendo instalados (ou em vias de se instalar) no estado. Muitas vezes, eles são alocados em áreas próximas ou mesmo conflitantes com comunidades tradicionais ou, ainda, em regiões de interesse para conservação. Além disso, a própria natureza da atividade realizada, por exemplo, o uso de agrotóxicos no agronegócio, pode interferir em outras atividades que têm caráter de produção orgânica. Uma iniciativa de zoneamento ecológico-econômico começou a ser desenvolvida no estado há alguns anos, mas não teve finalização e nem foi apropriada pelos gestores públicos estaduais. Retomar esse zoneamento, com identificação de áreas de interesse

⁷ Conforme apontado na seção que descreve as técnicas metodológicas utilizadas na elaboração do Plano, a identificação das barreiras estruturais foi realizada por meio da realização de entrevistas com informantes chave, representantes das gestões públicas municipais e estadual, de movimentos sociais e sindical, do setor privado e de universidades, conformando um total de 160 entrevistas em todo o estado. Para detalhamento desse processo, ver produto 6 da assessoria geral e produto 4 dos especialistas.

de comunidades e assentamentos, mesmo sem titulação, é fundamental para que os conflitos sejam amenizados. Além disso, como já vem sendo realizado, é preciso acelerar o processo de regularização fundiária no estado que poderá incluir uma busca ativa, principalmente nas áreas de interesse de outras atividades, de modo a antecipar possíveis conflitos.

A quarta barreira diz respeito ao **adensamento das cadeias produtivas**. Verificou-se que há uma grande produção de matérias-primas no estado, tanto no que diz respeito à agricultura familiar quanto ao agronegócio e à exploração de minérios. Porém, não há beneficiamento desses produtos e perde-se uma grande oportunidade tanto de gerar empregos quanto de agregar valor à produção local. A ausência de elos intermediários nas cadeias produtivas locais se apresenta como importante barreira que poderá ser superada com um planejamento estratégico que priorize o desenvolvimento de agroindústrias e empreendimentos ligados à produção de matérias-primas.

Por fim, faltam ao Estado do Piauí **ferramentas que possam contribuir para geração e monitoramento de informações para embasar a realização de um planejamento estratégico**. Sabe-se que a SEPLAN vem envidando esforços no sentido de compilar dados e na divulgação de estudos para subsidiar os municípios e o próprio governo nas ações de desenvolvimento. Porém há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo no que se refere a indicadores organizados por território.

Essas cinco barreiras estruturais representam, como dito, entraves ao desenvolvimento estadual. Todos esses temas estão presentes nos eixos que foram estabelecidos no Plano e que concretizam as propostas direcionadas a alavancar o desenvolvimento. São, portanto, grandes desafios a serem superados, e a administração dessas barreiras é fundamental para o alcance da visão de futuro desenhada para o Piauí que tem por principal meta elevar o IDH-M em todos os municípios do estado.

Por fim, deve-se atentar para que as soluções para propostas que têm por principal objetivo ultrapassar essas barreiras não reforcem processos de **desigualdade**, aumentando o número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao contrário, atentar para as desigualdades deve ser o sentido primário para a resolução desses desafios, uma vez que, como preconizado pela própria ONU, nenhum país poderá ser considerado desenvolvido e sustentável se os níveis de desigualdades não forem aplacados.

Visão de futuro e Eixos de Desenvolvimento

A perspectiva de elaboração de um planejamento estratégico carrega em si a necessidade de definição que oriente as ações que serão planejadas. Estabelecer uma visão de futuro, um marco a ser alcançado, representa um primeiro passo para nortear as atividades a serem desempenhadas e para que haja compartilhamento desse ideal por todos os setores do governo e da sociedade.

No caso do Piauí, o governo do estado, por meio da SEPLAN, vem atuando ao longo dos últimos anos na definição dessa visão. Um primeiro movimento nesse sentido se deu em 2013 durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí – 2050 (PIAUÍ, 2013). Naquela ocasião, foi realizado um Seminário em que foi apresentado um diagnóstico contendo dados secundários, as perspectivas colocadas para o desenvolvimento humano e as tendências recentes, bem como as potencialidades produtivas presentes no estado. A partir desse retrato estabeleceram-se a visão de futuro para o estado e a priorização de segmentos estratégicos.

Ficou definido, em 2013, que o “Piauí que queremos”, tendo por horizonte o ano de 2050, é “desenvolvido com sustentabilidade econômica, política, cultural, ambiental, social e mais bem estruturado em todos os aspectos” (PIAUÍ, 2013, p. 8). A visão de futuro elaborada naquele momento contempla, ainda, a valorização dos estabelecimentos familiares de produção e a infraestrutura urbana, com inclusão da população por meio da geração de empregos e com políticas que diminuam as desigualdades regionais. O acesso a segurança, saúde e educação deve ser garantido à população. Investimentos em ciência, tecnologia e inovação, bem como em infraestrutura, colaboram na estruturação do estado. Há, ainda, a indicação de fomento ao turismo e ao agronegócio como propulsores para geração de renda para a população local.

Em 2019, um novo diagnóstico foi elaborado e discutido com os gestores estaduais, de modo a elaborar uma estratégia de longo prazo para balizar as ações de governo, definindo-se como visão de futuro para 2030 “Piauí desenvolvido e sustentável”, cuja principal meta reside em elevar o IDH do estado para acima de 0,80 (PIAUÍ, 2019). Além disso, ficaram definidos seis eixos estratégicos que buscam contemplar o alcance das metas e a visão de futuro estabelecidos. Foram justamente essas orientações que basearam a elaboração do PPA para o período 2020-2023, instituído por lei em 2019.⁸

Em geral, o estado vem aumentando seu IDH em todas as dimensões, porém, com menor fôlego na última década.⁹ O IDH do Piauí saltou de 0,484, em 2000, para 0,646, em 2010, e 0,697, em 2017. Essa perda de dinamismo reflete a análise aqui empreendida, cujo diagnóstico apontou para a diminuição da capacidade de alavancar o desenvolvimento estadual a partir de 2014, momento identificado como de crise econômica e política nacional que gerou instabilidade e refletiu diretamente nas receitas do estado, bem como na capacidade de geração de emprego e renda.

O Plano ora apresentado representa mais um passo nesse longo processo, que busca inovar nas

⁸ Lei nº 7.326 de 30 de dezembro de 2019 que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023.

⁹ Os números relativos a 2000 e 2010 estão baseados nos respectivos Censos Demográficos, já em 2017 o dado utilizado é da Pnad Contínua, todos do IBGE.

possibilidades colocadas para o planejamento estadual, porém, sem deixar de reconhecer todo o esforço empreendido até então. Agora, incorporam-se os ODS como importante tema que virá a somar nas estratégias estaduais, que se vê em 2030 como desenvolvido e sustentável, por meio da elevação do IDH-M em todos os municípios.

Sem prejuízo de todas as ações desenhadas anteriormente, incluindo o PPA já alinhado com os ODS, apresenta-se, a seguir, uma proposta de planejamento sob a estruturação de quatro eixos. Tais eixos consideram todas as atividades desenvolvidas e expostas nas seções anteriores, bem como a visão de futuro e metas estabelecidas no estado. Cada um deles é composto por um texto introdutório que caracteriza o tema abordado com base nas metas constantes nos ODS, seguido dos objetivos a serem alcançados por meio de um conjunto de programas e projetos voltados à efetivação das metas estabelecidas. A seguir, os eixos são apresentados sumariamente, sendo sua versão integral pensada a este resumo executivo. Embora explicitados os ODS a que os eixos estão diretamente relacionados, vale lembrar a interdependência entre os objetivos, o que significa que, ao alcançar as metas estabelecidas em determinado objetivo, outros também serão afetados, seja para seu alcance ou distanciamento.

O **Eixo 1 – Meio Ambiente e Mudanças Climáticas** corresponde diretamente à barreira posta na regulamentação de uso e ocupação do solo, atendendo também ao tema que vem sendo discutido mundialmente, que se refere às mudanças climáticas. Está relacionado diretamente aos ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), ODS 14 (vida na água) e ODS 15 (vida terrestre). Em seu desenho, há três objetivos a serem perseguidos, que se desdobram em programas e projetos.

O **Eixo 2 – Trabalho, Emprego e Renda** se dedica a traçar estratégias e ações voltadas, especialmente, ao adensamento das cadeias produtivas, como também a um conjunto de iniciativas para aprimorar o desenvolvimento econômico do estado. Está relacionado diretamente ao ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

O **Eixo 3 – Infraestrutura** corresponde diretamente à barreira de acesso à água e à qualidade da energia elétrica fornecida à população do estado, seja para consumo doméstico ou para produção. Nesse sentido, ações voltadas a acesso a saneamento básico são fundamentais, além de outros projetos que visam ampliar a garantia de acesso a serviços de qualidade. Está relacionado diretamente ao ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

O **Eixo 4 – Redução das Desigualdades** é dedicado a ações que promovam mais oportunidades e acesso a cidadania à população piauiense. Por isso, tem foco específico nas populações mais vulneráveis, de modo a resguardar a proteção social e econômica, visando diminuir a distância posta entre os mais ricos e mais pobres do estado. Está diretamente relacionado ao ODS 1 (erradicar a pobreza), ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 12 (consumo e produção responsáveis).



Quadro 1. Programas e projetos do eixo 1

EIXO 1: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Criar instrumentos e mecanismos para gestão de uso e ocupação sustentável do solo e das florestas, combatendo a desertificação, detendo e revertendo degradação e perda dos solos, protegendo, recuperando e promovendo o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.	 	Regulamentação do uso e da ocupação do solo do Estado do Piauí.	Zoneamento ecológico-econômico.
		Ampliação da proteção e da gestão sustentável das áreas com relevância para a biodiversidade.	Atualização, elaboração, consolidação e implementação dos planos de manejo (adote um parque do Piauí). Criação de novas unidades de conservação. Recuperação de matas ciliares e nascentes. Gestão sustentável das florestas do Piauí.
		Restauração da terra e do solo degradado e combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.	Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Piauí. Recuperação das áreas degradadas e combate à desertificação do núcleo de Gilbués.

...continuação

EIXO 1: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Criar instrumentos e mecanismos para gestão de uso e ocupação sustentável do solo e das florestas, combatendo a desertificação, detendo e revertendo degradação e perda dos solos, protegendo, recuperando e promovendo o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.	 	Restauração da terra e do solo degradado e combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.	Conhecendo o combate à desertificação: educação e sensibilização sobre a utilização dos recursos naturais, saberes tradicionais e apoio para as pesquisas científicas e as tecnológicas. Práticas agrícolas robustas de fortalecimento à capacidade de adaptação às mudanças do clima e de melhorias da qualidade da terra e do solo.
Dotar as cidades e assentamentos humanos de instrumentos e mecanismos para planejamento e gestão ambiental urbana que garantam sustentabilidade, combate às mudanças climáticas e mitigação de seus impactos; assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e ações de mitigação de impactos ambientais.	   	Gestão integrada dos resíduos sólidos no Piauí.	Política e Gestão Regionalizada e Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Piauí. Apoio e fomento à elaboração e à atualização de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. Lixão Zero Piauí – encerramento dos lixões e recuperação ambiental das áreas degradadas. Apoio e fomento à criação e à operacionalização de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Operacionalização da logística reversa de embalagens recicláveis.

...continuação

EIXO 1: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Dotar as cidades e assentamentos humanos de instrumentos e mecanismos para planejamento e gestão ambiental urbana que garantam sustentabilidade, combate às mudanças climáticas e mitigação de seus impactos; assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e ações de mitigação de impactos ambientais.	   	Gestão urbana sustentável no Estado do Piauí.	<p>Apoio e fomento à elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbana sustentável.</p> <p>Conhecendo e identificando os patrimônios histórico, cultural, ambiental, material e imaterial do Piauí.</p>
		Gestão de riscos de desastres naturais e mudanças climáticas.	<p>Política e Plano de Gestão de Riscos de Desastres Naturais e Mudanças Climáticas do Estado do Piauí.</p> <p>Apoio e fomento à elaboração de instrumentos municipais de gestão de riscos e planos diretores de Defesa Civil.</p> <p>Qualificação profissional e apoio a projetos de pesquisa relacionados à gestão de risco de desastres naturais e mudanças climáticas.</p>
Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável dos rios e aquíferos e promover a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos.	 	Gestão dos recursos hídricos do Piauí.	<p>Elaboração de planos de bacias hidrográficas e atualização do plano estadual de recursos hídricos.</p> <p>Recuperação de bacias hidrográficas, matas ciliares e nascentes dos mananciais de abastecimento.</p> <p>Proteção e uso sustentável dos aquíferos.</p>

continua...

...continuação

EIXO 1: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável dos rios e aquíferos e promover a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos.	 	Proteção da vida marinha.	Política e Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Piauí (PEGC).
			<p>Apoio e fomento à elaboração dos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro (PMGC).</p> <p>Apoio e fomento ao fortalecimento de entidades envolvidas no gerenciamento costeiro.</p>

Quadro 2. Programas e projetos do eixo 2

EIXO 2: TRABALHO, EMPREGO E RENDA			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Fortalecer e adensar as cadeias produtivas, visando à fabricação de produtos com maior valor agregado, ao aumento da produção e da produtividade e à ampliação do mercado com sustentabilidade ambiental.	  	Adensamento produtivo e tecnológico.	Desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo.
			Desenvolvimento do setor de comércio e serviços.
			Desenvolvimento dos agronegócios.
			Conexão da agricultura familiar com a agroindústria e o mercado.
			Apoio à gestão e produção de unidades de beneficiamento agroindustriais.
			Atração de investidores e promoção comercial.
			Ampliação do acesso do setor produtivo ao crédito.
Fortalecer a capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar, preparando os produtores para uma inserção mais qualificada nas cadeias produtivas e nos diferentes canais de comercialização. São propostos projetos assentados na perspectiva de ganhar em produtividade e competitividade sem perder em sustentabilidade, visando à criação e ao fortalecimento de sistemas agroalimentares descentralizados, justos e sustentáveis.	 	Fortalecimento da agricultura familiar.	Aumento dos canais de comercialização e estruturação de complexos de logística e distribuição.
			Fomento à economia verde e ingresso no mercado de créditos de carbono.
Fortalecer a capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar, preparando os produtores para uma inserção mais qualificada nas cadeias produtivas e nos diferentes canais de comercialização. São propostos projetos assentados na perspectiva de ganhar em produtividade e competitividade sem perder em sustentabilidade, visando à criação e ao fortalecimento de sistemas agroalimentares descentralizados, justos e sustentáveis.	 	Fortalecimento da agricultura familiar.	Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural.

...continuação

EIXO 2: TRABALHO, EMPREGO E RENDA			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Fortalecer a capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar, preparando os produtores para uma inserção mais qualificada nas cadeias produtivas e nos diferentes canais de comercialização. São propostos projetos assentados na perspectiva de ganhar em produtividade e competitividade sem perder em sustentabilidade, visando à criação e ao fortalecimento de sistemas agroalimentares descentralizados, justos e sustentáveis.	 	Fortalecimento da agricultura familiar.	Apoio à pesquisa em produção agropecuária sustentável.
			Fortalecimento das Escolas Família Agrícola.
			Bancos de sementes crioulas e sementeiras.
			Infraestrutura produtiva e beneficiamento.
			Práticas sustentáveis e resilientes na agricultura familiar.
	 	Fortalecimento da agricultura familiar.	Formação para captação de recursos.
			Acesso ao crédito.
			Fortalecimento da capacidade de autogestão da agricultura familiar.
			Ampliação da produção e certificação orgânica.
			Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização.

...continuação

EIXO 2: TRABALHO, EMPREGO E RENDA			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Fomentar o desenvolvimento das atividades de inovação e o uso das tecnologias digitais no setor produtivo.	 	Fomento à inovação e ao acesso digital.	Extensão produtiva inovadora.
			Apoio às <i>startups</i> , empreendedorismo inovador e distritos de inovação.
			Apoio à certificação de produtos e processos.
			Qualificação profissional.
			Ampliação e democratização do acesso digital para pequenos produtores e empreendedores.
			Capacitação social para o uso das tecnologias digitais.
			Apoio às cidades inteligentes.
			Ampliação dos profissionais com formação em Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM, sigla em inglês).
			Plataforma tecnológica – oferta e demanda por tecnologia.
			Melhorar a capacidade do setor público para planejar, implementar e gerenciar as políticas de desenvolvimento sustentável.
Governo Digital – Estado I.			
Aumento das receitas públicas e qualificação do gasto público do estado.			
Capacitação dos gestores municipais em planejamento e execução de políticas públicas.			
Aumento das receitas públicas e qualificação do gasto público.			
Governo Digital – Municípios.			

Quadro 3. Programas e projetos do eixo 3

EIXO 3: INFRAESTRUTURA			
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos
Prover o saneamento básico de acordo com as especificidades regionais no que diz respeito à água de qualidade e ao esgotamento sanitário.		Saneamento básico.	Fomento e apoio à elaboração dos PMSB.
			Esgotamento por escalas. Esgotamento sanitário rural. Abastecimento de água de qualidade.
Melhorar a qualidade e ampliar a oferta da energia elétrica; ampliar e preservar a capacidade logística do estado.	 	Desenvolvimento energético em áreas rurais do Estado do Piauí.	Fomento à inovação na eletrificação rural descentralizada.
			Corpo de conhecimento sobre a geração e distribuição de energia.
		Modais e logística.	Recuperação de estradas do estado. O Piauí Se Move. Diminuindo Distâncias. Piauí por Trilhos.
			Expansão da Malha Ferroviária do Estado.
Auxiliar o desenvolvimento sustentável dos municípios com ações que assegurem o uso de energia por meio de fontes renováveis e facilidade de deslocamento dos cidadãos.	 	Cidades médias.	Mobilidade (Inter)Urbana. Apoio e fomento ao desenvolvimento de sistemas geração por fontes renováveis.
			Fomento à pesquisa sobre transportes baseados em energia elétrica.

continua...

Quadro 4. Programas e projetos do eixo 4

EIXO 4: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES					
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos		
Ampliar o acesso a recursos para aumentar a renda e o acesso a oportunidades.	   	Garantia de renda mínima e segurança alimentar.	Transferência de renda para famílias em condição de pobreza e extrema pobreza.		
			Cooperando para crescer.		
			Circular para crescer.		
			Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).		
		Acesso a serviços de proteção social.		Acesso a serviços de proteção social.	Criação e fortalecimento de uma rede de bancos de alimentos.
					Refeições acessíveis.
					Quintais produtivos e hortas comunitárias.
		Regularização fundiária.		Regularização fundiária.	Proteção e direitos humanos.
					Caravana da cidadania.
					Regularização fundiária no campo.
Moradia e infraestrutura.		Moradia e infraestrutura.	Regularização fundiária urbana de interesse social.		
			Onde eu vivo.		
			Moradia digna.		
Garantir saúde de qualidade a toda a população do estado.	  	Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF).	Serviços dignos.		
			Formação e qualificação profissional das equipes de saúde da família.		
			Educação física e alimentar.		
			Crianças para a vida.		
		Educação para saúde.		Educação para saúde.	Jovens para a vida.

continua...

...continuação

EIXO 4: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES						
Objetivo estratégico	ODS Relacionado	Programa	Projetos			
Garantir saúde de qualidade a toda a população do estado.	  	Da concepção ao puerpério: formação de uma rede de cuidado para mãe e bebê.	Ampliação do atendimento via SUS das mulheres no pré-natal.			
			Ampliação do atendimento das mulheres no puerpério via programa de saúde da família.			
			Ampliação do direito à licença-maternidade de seis meses às servidoras indiretas da Administração Pública.			
			Gerações saudáveis.		Jovens saudáveis.	
					Homens saudáveis.	
					Mulheres saudáveis.	
			Assegurar educação inclusiva e de qualidade.	  	Mais aprendizagem.	Zerar o analfabetismo.
						Creches públicas.
						Mais língua portuguesa e mais matemática.
						Formação continuada dos profissionais da educação.
Ações inovadoras.		Ações inovadoras.			Prêmio ações inovadoras na educação básica.	
					Replica inovação educacional.	
Educação profissional.		Educação profissional.			Fomento à pesquisa científica na educação profissional.	
					Aprender Mais Juntos.	
Fortalecimento da UESPI.		Fortalecimento da UESPI.			Fomento à inovação e ao empreendedorismo na educação profissional e tecnológica.	
					Fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).	
			Pesquisa ação.			

Estrutura de governança e implementação

A implementação de um Plano desta envergadura necessita que um conjunto de condições sejam viabilizadas. Elas envolvem desde o desenho de espaços de governança ágeis e flexíveis que permitam o engajamento de atores no monitoramento e na constante revisão de prioridades e ações, a produção de informações e análises que viabilizem a avaliação e a adaptação de estratégias e instrumentos, e a identificação dos recursos humanos e financeiros necessários.

Espaços de governança

Um sistema de governança estratégica e eficiente é aquele que define regras claras, pactuando com as partes envolvidas as responsabilidades de cada um e o formato de monitoramento e avaliação a serem empregados.

Como dito, já há uma estrutura de organização territorial organizada na gestão estadual: os Conselhos Territoriais e o Conselho Estadual desempenharão um papel fundamental no monitoramento das ações aqui propostas.

O **Conselho Estadual** é a instância máxima de governança do Plano, pois representa um espaço de acordos e decisões estruturais, estratégicas e de nível macro de abrangência. Para cumprir esse papel deverá operar com base em três características: i) abrigar uma composição que seja representativa dos principais segmentos importantes para a consecução do Plano, incluindo setor privado, áreas de governo, dos territórios e dos movimentos sociais; ii) reunir-se não mais do que duas vezes ao ano, de forma a não banalizar sua agenda e concentrar-se nos debates estruturais envolvendo o Plano; iii) ser alimentado com informações de qualidade sobre o andamento das propostas contidas no Plano e sobre os fatores que afetam a sua execução. Assim, caberá ao Conselho, a partir da proposição da Seplan, realizar um balanço anual da execução do Plano – a cada dois anos, deverá rever seu desenho e metas à luz desse balanço. Tais análises deverão ser, sempre, amparadas em evidências.

Para alimentar o Conselho Estadual e subsidiar suas análises, duas instâncias existentes no estado auxiliarão na execução do Plano: as Câmaras Setoriais e os Conselhos Territoriais.

As **Câmaras Setoriais** desempenham um importante papel ao produzir conhecimento sobre os vetores econômicos aqui analisados e de outras cadeias produtivas presentes no estado e que apresentam potencialidades a serem aprimoradas. Durante a realização das oficinas de planejamento foi apresentada a demanda por um maior fortalecimento das câmaras e para o aumento da diversidade dos membros que hoje atuam nesses espaços de modo a ampliar a sua capacidade de atuação. Sugere-se que aquelas que não apresentam em sua estrutura a participação de representantes do setor privado possam incorporá-los. Assim, as Câmaras devem funcionar como um espaço de monitoramento e recomendações associadas a cada setor. Representa um espaço de articulação vertical em torno dos temas. Sua atuação deve ser permanentemente alimentada por dados sistemáticos.

Se as Câmaras estão postas em uma articulação vertical, os **Conselhos Territoriais** seriam um espaço de articulação horizontal. Sua incumbência na execução do Plano é simétrica à das Câmaras, buscando monitorar e coordenar ações de um conjunto de setores e temas em uma unidade espacial dada, ou seja, os 12 territórios constituídos no estado. Os Conselhos já estão estruturados e passando por uma reformulação em sua composição, o que facilitará a apropriação do Plano e a produção de dados sistemáticos para embasar o monitoramento das ações.

A organização dos programas e projetos por eixo de desenvolvimento busca facilitar a implementação das ações, uma vez que estão organizados sob um conjunto de temas que se inter-relacionam de forma mais direta entre si e com os ODS. Sugere-se que para cada eixo seja formada uma **Sala de Situação** correspondente. Seriam, portanto, instituídas quatro Salas. Esses arranjos devem ter estrutura enxuta, com capacidade de diálogo com os diversos setores da sociedade de forma ágil, visando à solução rápida dos problemas que poderão influenciar na execução do Plano. Para isso, os demais espaços envolvidos na estrutura de governança devem informar às Salas quais são os nós que precisam ser desatados por meio de ações intersecretarias ou que envolvam voz de comando do Gabinete do Governador. Em suma, as Salas de Situação representam espaços de soluções de problemas de alto impacto sobre o Plano e para exercer esse papel precisam ser reconhecidas por esse papel pelas demais áreas de governo, e devem ser empoderadas como tal no fluxo de decisões do governo.

Por fim, toda essa estrutura deve contar com o apoio das universidades presentes no estado, bem como de organizações não governamentais (ONGs), seja na produção de informações ou na implementação das ações. As entidades de apoio atuarão sempre que convocadas pelos membros do Conselho Estadual para prestar informações, qualificar estudos ou encaminhar ações.

Sugere-se, ainda, que todas as ações efetivadas tenham ampla publicidade por parte do setor de comunicação da própria SEPLAN. Uma peça publicitária anual, contendo os principais avanços em cada um dos eixos, poderá ser veiculada nos principais canais midiáticos do estado, reforçando o pacto estadual de implementação de ações que visam ao Piauí desenvolvido e sustentável em 2030.

Sistema de informações para monitoramento, avaliação e revisões

A SEPLAN já possui um espaço de excelência de produção e qualificação de dados estatísticos – a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) atua na elaboração e análise de dados e indicadores que subsidiam o governo estadual na tomada de decisões. Contudo é demandada pelo conjunto do governo para a produção de estatísticas regulares. O subsídio aos vários espaços de governança apresentados anteriormente virá da proposta de **Unidade de Inteligência Territorial (UIT)**. Essa Unidade deve responder diretamente ao Secretário de Planejamento e utilizará o conjunto de dados estatísticos já produzido pela CEPRO, além de produzir outros, caso seja necessário. Esse trabalho deve ser orientado a monitoramento, gestão e avaliação do Plano, alimentando os demais espaços de governança com dados, informações e balanços sistemáticos.

Além disso, no mesmo escopo deste Plano, foi conduzida a elaboração do **Índice de Desenvolvimento Territorial (IDT)**. O Piauí é o primeiro estado em território nacional a utilizar um índice dessa envergadura. Essa ferramenta inédita auxiliará a gestão pública no processo de monitoramento das ações vol-

tadas ao desenvolvimento, tendo como norte os indicadores e metas estabelecidos nos ODS e no PPA.

A concepção desse instrumental se coaduna com as inovações que o estado vem implementando ao longo dos últimos anos, especialmente no que se refere à organização do estado em territórios de desenvolvimento, incluindo a estruturação dos Conselhos Territoriais e do Conselho Estadual.

A ideia de se obter um índice com dados territoriais atende a duas premissas. A primeira está relacionada a apoiar o estado e os Conselhos (territorial e estadual) na condução das políticas públicas. Parte-se, portanto, do pressuposto de o estado não ser homogêneo em sua realidade econômica, social, ambiental, institucional e cultural, e esse olhar para as diferenças colabora na formatação de ações que atuem na redução das desigualdades, visando à melhoria na qualidade de vida e ao bem-estar para toda a população. A elaboração do IDT corresponde, ainda, à resolução de uma das barreiras estruturais apontadas anteriormente, qual seja, a geração de informações para apoiar as ações e estratégia de desenvolvimento nos territórios, bem como seu monitoramento.

Além de atender a essas duas premissas, o IDT possibilita uma série de ganhos à gestão territorial, dentre elas: capilarizar a agenda de desenvolvimento para o nível municipal; auxiliar na gestão do município e na tomada de decisão com base em evidências; promover um alinhamento das ações municipais às estratégias estaduais; garantir a simetria de informações entre os municípios; possibilitar o acompanhamento do progresso da agenda de desenvolvimento em direção às metas; permitir que os municípios identifiquem a situação do seu desenvolvimento atual, sua trajetória e como seus pares têm evoluído, podendo, assim, gerar aprendizados e boas práticas.

Nesse sentido, tal ferramenta contribui tanto para o desenho de diagnósticos territoriais como aponta para os temas que necessitam de maior atenção por parte dos gestores, funcionando como uma espécie de prognóstico que destaca a necessidade de priorizar determinadas ações estratégicas em direção às metas estabelecidas.

O desenho do IDT se deu a partir dos indicadores existentes nas metas dos ODS e dos indicadores presentes no PPA, que, por sua vez, já foram pensados de forma alinhada com os objetivos preconizados pela ONU. Há, portanto, uma forte integração com o que vinha sendo proposto para o desenvolvimento estadual, e essa ferramenta possibilita o monitoramento sistemático dessas metas e indicadores por território.¹⁰

A leitura do IDT conduz a uma tipologia dos territórios quanto a sua proximidade ou distanciamento do conjunto de metas estabelecidas, em cinco categorias: i) muito longe da meta; ii) longe da meta; iii) em direção à meta; iv) próximo à meta; v) meta atingida. Como resultado da análise geral dos indicadores que compõem o índice, temos três territórios localizados longe da meta, e nove que se encontram em direção à meta.

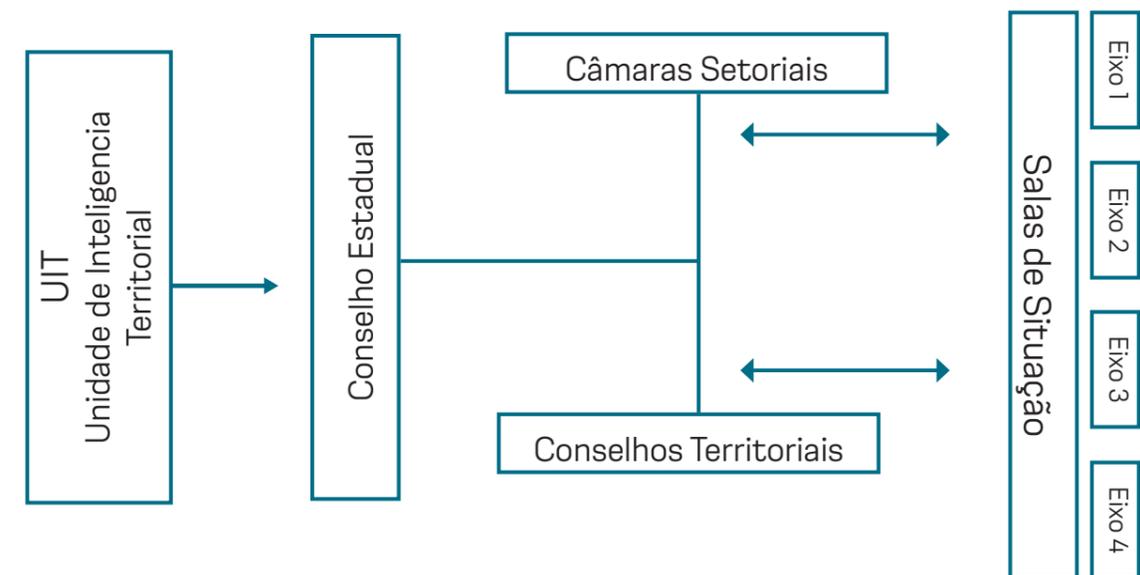
Portanto, o IDT deve ser incorporado como um instrumento de monitoramento das ações de desenvolvimento nos territórios. Para isso, sugere-se que os Conselhos Territoriais se apropriem dessa ferramenta que poderá auxiliá-los, inclusive, no processo de construção do planejamento

¹⁰ Para maiores detalhes sobre a metodologia utilizada no desenvolvimento do IDT, ver: PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de desenvolvimento territorial (IDT): aspectos metodológicos. Elaboração técnica: Danielle Nascimento. Brasília, DF: PNUD, 2022.

dos territórios. Os indicadores ali contidos poderão ser atualizados pela UIT a cada ano, de modo a viabilizar um acompanhamento sistemático dos resultados, além dos avanços que a implementação dos programas e políticas gerará.

Assim, o IDT também deverá ser utilizado no processo de governança deste Plano, inclusive para o direcionamento de recursos para apoio tanto dos territórios que venham acelerando o alcance das metas como para aqueles que ainda se distanciam sobremaneira delas.

Figura 3. Estrutura de Governança do Plano



Condições para viabilizar a implementação do Plano

A elaboração deste Plano se deu em contexto bastante particular, tanto no que se refere aos momentos mais críticos da pandemia quanto ao cenário político e institucional brasileiro. Além disso, sua implementação a partir de 2023 se dará em uma nova gestão estadual.

Por esses motivos, sugere-se que um primeiro esforço seja direcionado a estabelecer as condições necessárias para viabilizar a implementação do Plano, já contando com atividades exercidas pela estrutura de governança exposta anteriormente. Sumariamente, no próximo ano:

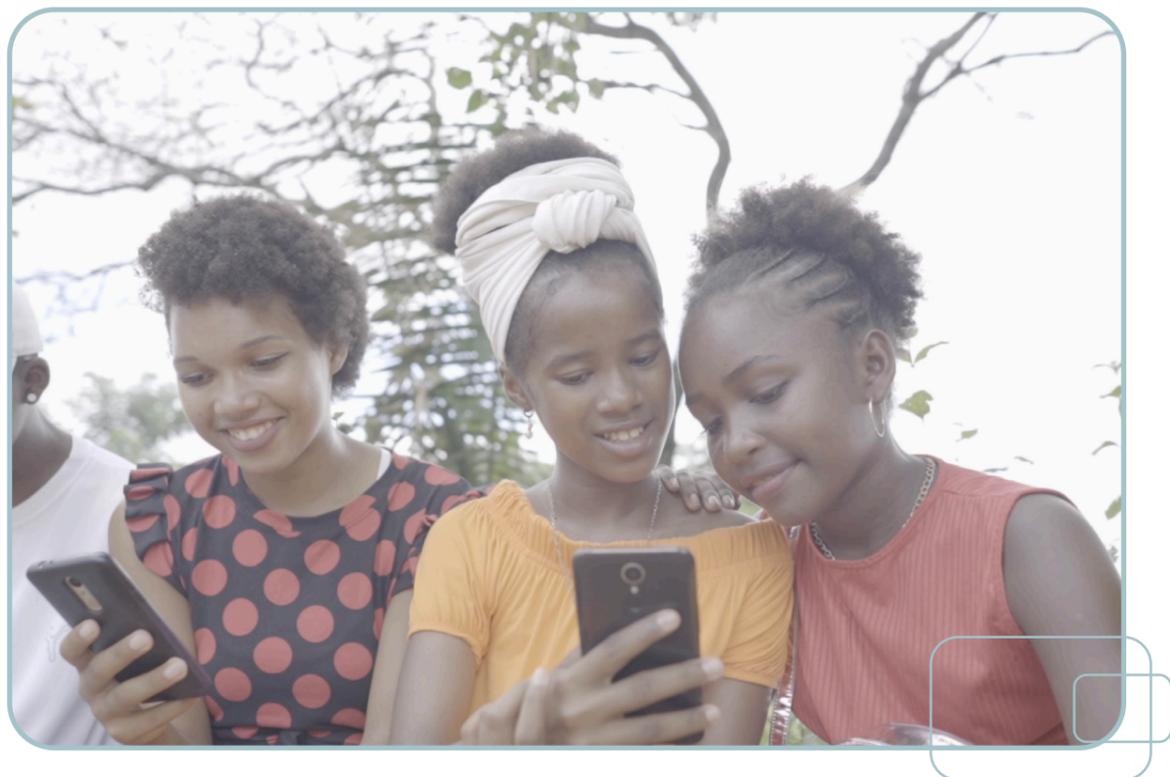
Estabelecida a nova gestão estadual, deve-se promover uma otimização dos programas aqui propostos. Rever os temas e articular possíveis sobreposições facilitará a implementação. Além disso, será importante indicar as prioridades a receber mais atenção, escolhidas pelo mais elevado potencial de impacto e em acordo com o programa de governo.

A partir dessa priorização, com o apoio da Unidade de Inteligência Territorial, deve ocorrer a revisão do conjunto de metas (aprimorando medidas e detalhando indicadores onde for necessário) e, à luz disso, desenhar um plano de produção de dados para monitoramento.

Concomitante a esses dois primeiros passos, devem-se identificar as fontes de financiamento existentes e as que necessitam de viabilização. Identificar, ainda, outras condições necessárias para a implementação dos programas, por exemplo, reformas legais, reforço e aprimoramento de pessoal, dentre outras.

De forma combinada ao levantamento dos instrumentos de financiamento, deve-se desenhar um plano de incentivos e mecanismos de *enforcement* que promova a discriminação positiva de práticas dentro e fora do setor público, de maneira a estimular o alinhamento dos vários agentes com aquilo que está proposto no plano. Sobre esse último aspecto, cabe mencionar a importância em se estabelecerem instrumentos que servirão de incentivo ao engajamento dos diferentes atores do estado. Linhas de crédito, acesso a fundos de financiamento, incentivos de diferentes espécies, condicionalidades para acesso às políticas, reformas legais e outros aspectos precisam ser claramente dispostos de forma alinhada aos propósitos do Plano. Para isso os fundos, as fontes de financiamento e o acesso às políticas precisam operar com mecanismos de discriminação positiva. Trata-se, portanto, de sinalizar ao conjunto de atores qual é o resultado desejado e premiar com condições mais favoráveis aqueles que caminham nessa direção. Caso contrário, será difícil que haja o engajamento necessário para aceitação e implementação das várias propostas contidas no Plano.

Sem dúvida, muitos desafios foram enfrentados na elaboração de um Plano de desenvolvimento alinhado aos ODS. Não será diferente com sua implementação. Viabilizar as condições necessárias para isso poderá ser a garantia de uma execução eficaz e efetiva que contribua no alcance do desenvolvimento sustentável do estado.



Referências

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19. Naciones Unidas: [s. l.], 2020. (Informe especial, 7).

COSTA, Francisco Wendell Dias; PEREIRA, Paulo Roberto Mendes. Gestão socioambiental nas Unidades de Conservação no Maranhão: características, conflitos e perspectivas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 6, v. 1, p. 1-24, nov. 2018.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, mayo 2007.

FAVARETO, Arilson *et al.* (org.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

PIAUÍ. **Diagnóstico socioeconômico**: PPA 2019-2023. Teresina: [CEPRO], 2019.

PIAUÍ. **Plano de desenvolvimento sustentável do Piauí**. Teresina: [CEPRO], 2013. 9 v.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2022**: impacts, adaptation and vulnerability. Summary for Policymakers. Working Group II contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: ODS – metas nacionais dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Brasília: Ipea, 2018.

OSTROM, Elinor. **Understanding institutional diversity**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

PEDROZO, Eugenio; SILVA, Tania. O Desenvolvimento Sustentável e a Abordagem Sistêmica. **REAd** – Edição 18 Vol. 6 No. 6, nov-dez 2000.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento territorial e a Agenda 2030 no Piauí**: diagnóstico da situação social, ambiental e econômica da região: Território Cocais. Brasília, DF: PNUD, 2019a.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Territorial e a Agenda 2030 no Piauí**: diagnóstico da situação social, ambiental e econômica da região: Território Serra da Capivara. Brasília, DF: PNUD, 2019.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento territorial e a Agenda 2030 no Piauí**: diagnóstico da situação social, ambiental e econômica da região: Território Chapada Vale do rio Itaim. Brasília, DF: PNUD, 2019b.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Localização dos ODS.** Brasília, DF: PNUD, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O futuro do desenvolvimento no Piauí:** aumentando a produtividade e reduzindo a desigualdade. Brasília, DF: PNUD, 2019c.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FIDA. **Relatório sobre aceleradores e direcionadores para a promoção do desenvolvimento sustentável no Estado do Piauí.** PNUD; FINA, 2018.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre. **Piauí:** trajetória e transição econômica. Teresina: CEPRO, 2019.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, 2.: II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. *E-book*.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, 2021.

SABOURIN, Eric *et al.* Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cah. Agric.** [on-line], n. 29, 8 p., 4 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/cagri/2020029>. Disponível em: https://www.cahiersagricultures.fr/articles/cagri/full_html/2020/01/cagri200104/cagri200104.html. Acesso em: 18 ago. 2022.

SOUZA, Lucas Barbosa; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 31, p. 1-26, 2019.



Plano Piauí 2030

RESUMO EXECUTIVO



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO